

SUMÁRIO

NOTA À QUINTA EDIÇÃO	27
NOTA À QUARTA EDIÇÃO	29
APRESENTAÇÃO	31
CAPÍTULO I	
CONSTITUCIONALISMO	33
1. Origem e conceito	33
2. Desenvolvimento	34
3. Neoconstitucionalismo	39
3.1. Patriotismo Constitucional	43
CAPÍTULO II	
DIREITO CONSTITUCIONAL	45
1. Origem, conceito e natureza do Direito Constitucional	45
2. Objeto do Direito Constitucional	49
3. Espécies ou Divisão do Direito Constitucional	49
3.1. Direito Constitucional Especial, Positivo ou Particular	49
3.2. Direito Constitucional Comparado	49
3.3. Direito Constitucional Geral	50
4. Relações do Direito Constitucional com outros ramos do Direito	52
5. Relações do Direito Constitucional com disciplinas afins de caráter não-jurídico	68
6. Fontes do Direito Constitucional	69
CAPÍTULO III	
TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	71
1. Considerações acerca do vocábulo “Constituição”	71
2. Origem e conceito de Constituição	74
2.1. Origem	74
2.2. Conceito	75
3. Concepções sobre a Constituição	76
3.1. A concepção sociológica	76
3.2. A concepção política	78
3.3. A concepção jurídica	82
3.4. A concepção cultural (conexão das concepções anteriores)	90
4. Supremacia da Constituição	107
5. A unidade normativa da Constituição	114
6. Objeto e conteúdo das Constituições	115
7. Classificação das Constituições	116
7.1. Quanto ao conteúdo: <i>Material</i> e <i>Formal</i>	116
7.2. Quanto à forma: <i>Escrita</i> e <i>Não-Escrita</i>	118
7.3. Quanto à origem: <i>Democrática</i> e <i>Outorgada</i>	118
7.4. Quanto à estabilidade ou consistência ou mutabilidade: <i>Imutável, Fixa, Rígida, Flexível e Semi-rígida ou Semiflexível</i>	119
7.5. Quanto à extensão: <i>Sintética</i> e <i>Analítica</i>	122
7.6. Quanto à finalidade: <i>Garantia</i> e <i>Dirigente</i>	123

7.7.	Quanto ao modo de elaboração: <i>Dogmática e Histórica</i>	124
7.8.	Quanto à ideologia: <i>Ortodoxa e Eclética</i>	124
7.9.	Quanto ao modo de ser (classificação ontológica): <i>Normativa, Nominal e Semântica</i>	125
7.10.	Classificação da Constituição brasileira de 1988.....	126
8.	Estrutura das Constituições.....	126
9.	Elementos das Constituições.....	127
10.	A Constituição Dirigente.....	128
11.	A Constituição brasileira de 1988	140

CAPÍTULO IV**TEORIA DA NORMA CONSTITUCIONAL.....** 143

1.	A Constituição Como Um Sistema Aberto De Normas.....	143
2.	A norma constitucional: conceito e natureza.....	144
3.	As condições de aplicabilidade da norma constitucional.....	147
4.	As espécies de norma constitucional: os <i>princípios</i> e as <i>regras</i> . A “normatividade” dos princípios	150
5.	A eficácia jurídica da norma constitucional.....	157
5.1.	O problema da eficácia das normas constitucionais	157
5.2.	Normas constitucionais mandatórias e normas constitucionais diretórias....	159
5.3.	Normas constitucionais <i>self-executing</i> e <i>not self-executing</i>	161
5.4.	A classificação da doutrina italiana.....	163
5.5.	A classificação de J. H. Meirelles Teixeira.....	165
5.6.	A classificação de José Afonso da Silva	166
5.7.	A classificação de Celso Ribeiro Bastos e Carlos Ayres de Brito	171
5.8.	A classificação de Maria Helena Diniz.....	173
5.9.	Reflexões acerca das classificações examinadas e tomada de posição pessoal ...	174
5.10.	Eficácia jurídica das normas constitucionais programáticas.....	176
6.	Os princípios constitucionais	183
6.1.	Tipologia de princípios constitucionais	186
6.2.	Sistema interno de princípios e regras constitucionais: uma hierarquia axiológica dos princípios constitucionais.....	187
6.3.	Hierarquia de princípios	189

CAPÍTULO V**INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL.....** 193

1.	Hermenêutica e interpretação jurídica.....	193
2.	Interpretação jurídica e interpretação constitucional.	
	A especificidade da interpretação constitucional.....	197
3.	As correntes interpretativistas e não-interpretativistas no direito norte-americano	199
	3.1. Interpretação constitucional e criação judicial do Direito	201
4.	Métodos de interpretação constitucional	215
	4.1. Método jurídico ou hermenêutico-clássico.....	216
	4.2. Método tópico-problemático	217
	4.3. Método hermenêutico-concretizador	218
	4.4. Método científico-espiritual	219
	4.5. Método normativo-estruturante	220
5.	Princípios de interpretação constitucional.....	220
	5.1. Princípio da unidade da Constituição	221

5.2.	Princípio do efeito integrador	222
5.3.	Princípio da máxima efetividade.....	224
5.4.	Princípio da justeza ou da conformidade funcional.....	224
5.5.	Princípio da concordância prática ou da harmonização	225
5.6.	Princípio da força normativa da Constituição.....	226
5.7.	Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade.....	227
5.8.	Princípio da presunção de constitucionalidade das leis	229
5.9.	Princípio da interpretação conforme a Constituição	230
6.	A interpretação constitucional e a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição de Peter Häberle	231

CAPÍTULO VI**PODER CONSTITUINTE.....** 233

1.	Considerações preliminares	233
2.	Conceito.....	234
3.	O Poder Constituinte e o pensamento de SIEYÈS.....	236
4.	Natureza.....	237
5.	Titularidade e exercício do Poder Constituinte.....	239
6.	Espécies de Poder Constituinte: Originário e Derivado	241
7.	Poder Constituinte Originário.....	242
7.1.	Conceito	242
7.2.	Características	242
7.3.	Formas de manifestação	245
7.4.	Poder Constituinte Material e Poder Constituinte Formal	245
8.	Poder Constituinte Derivado	246
8.1.	Conceito	246
8.2.	Características	247
8.3.	Espécies	247
8.4.	Poder Constituinte Reformador	247
8.4.1.	Conceito.....	247
8.4.2.	Limitações.....	248
8.4.3.	Processo Legislativo de Emenda à Constituição: processo de reforma constitucional.....	253
8.4.4.	Controle de constitucionalidade da reforma constitucional.....	255
8.5.	Poder Constituinte Decorrente	255
9.	Mutação constitucional	257
10.	Direito Constitucional intertemporal	258
10.1.	Princípio da Recepção	258
10.2.	Repristinação	259
10.3.	Desconstitucionalização	260

CAPÍTULO VII**CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....** 261

1.	Considerações iniciais.....	262
2.	Conceito e pressupostos do Controle de Constitucionalidade	263
2.1.	Conceito	263
2.2.	Pressupostos	264
2.2.1.	A Constituição formal	264
2.2.2.	A Constituição como norma jurídica fundamental, rígida e suprema	264
2.2.3.	A previsão de um órgão competente	266



3.	Antecedentes históricos e evolução do controle de constitucionalidade.....	266
3.1.	O sistema “americano” da <i>judicial review of legislation</i> ou “difuso” de controle de constitucionalidade e o <i>leading case William Marbury v. James Madison</i>	269
3.2.	O sistema “austríaco” ou “concentrado” de controle de constitucionalidade. A contribuição de Kelsen	280
3.3.	O sistema francês de controle de constitucionalidade e as alterações advindas da Reforma Constitucional de 23 de julho de 2008	290
3.3.1.	O Controle de Constitucionalidade na França, a Constituição de 04 de outubro de 1958 e o Conselho Constitucional	291
3.3.1.1.	Composição do Conselho Constitucional.....	292
3.3.1.2.	Competência do Conselho Constitucional.....	293
3.3.2.	O Controle Preventivo de Constitucionalidade na França.....	294
3.3.3.	O Controle Repressivo de Constitucionalidade na França e a Questão Prioritária de Constitucionalidade (QPC)	295
3.3.4.	Considerações finais.....	298
3.4.	A evolução do controle de constitucionalidade no Brasil	299
3.4.1.	A Constituição de 1824	299
3.4.2.	A Constituição de 1891	300
3.4.3.	A Constituição de 1934	302
3.4.4.	A Constituição de 1937	302
3.4.5.	A Constituição de 1946	303
3.4.6.	A Constituição de 1967/69	304
3.4.7.	A Constituição de 1988	305
4.	Modelos de controle de constitucionalidade	307
4.1.	Quanto ao parâmetro do controle	307
4.2.	Quanto ao objeto do controle.....	308
4.3.	Quanto ao momento da realização do controle.....	309
4.4.	Quanto à natureza do órgão com competência para o controle	310
4.5	Quanto ao número de órgãos com competência para o controle.....	312
4.6.	Quanto ao modo de manifestação do controle	313
4.7.	Quanto à finalidade do controle	315
5.	Controle difuso de constitucionalidade.....	316
5.1.	O controle difuso-incidental de constitucionalidade na Constituição brasileira de 1988. Considerações gerais e natureza da questão constitucional.....	316
5.2.	A provocação do controle difuso-incidental de constitucionalidade.....	317
5.3.	A legitimidade para provocar o controle difuso-incidental de constitucionalidade	319
5.4.	A competência para realizar o controle difuso-incidental de constitucionalidade	320
5.5.	O procedimento do controle difuso-incidental de constitucionalidade.....	323
5.6.	Os efeitos da decisão no controle difuso-incidental de constitucionalidade.....	325
5.7.	O controle difuso-incidental de constitucionalidade e a suspensão da execução do ato pelo Senado Federal	327
6.	Controle concentrado de constitucionalidade.....	335
6.1.	O controle concentrado de constitucionalidade na Constituição brasileira de 1988. Considerações gerais e natureza da questão constitucional	335
6.2.	Conceito e tipos de inconstitucionalidade	339
6.3.	A provocação do controle concentrado-principal	

de constitucionalidade: As Ações Diretas	347
7. Ação Direta de Inconstitucionalidade	351
7.1. Origem, conceito e finalidade	351
7.2. Legitimidade <i>ad causam</i>	352
7.3. Competência.....	358
7.4. Parâmetro e objeto	362
7.5. Procedimento. A Lei nº 9.868/99	374
7.6. Decisão e efeitos.....	376
8. A Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.....	389
8.1. Origem e generalidades.....	389
8.2. Natureza, finalidade e procedimento.....	390
8.2.1. Possibilidade de medida cautelar na ADI por omissão	393
8.3. Legitimidade <i>ad causam</i> e competência	394
8.4. Parâmetro e objeto	395
8.4.1. A omissão inconstitucional: conceito e características	395
8.4.2. Momento em que ocorre a omissão inconstitucional	399
8.4.3. A omissão inconstitucional e suas modalidades	400
8.4.3.1. Omissão inconstitucional total e parcial	400
8.4.3.2. Omissão inconstitucional formal e material	405
8.4.3.3. Omissão inconstitucional absoluta e relativa	406
8.4.4. As omissões controláveis	406
8.4.5. A omissão inconstitucional no Direito Comparado.....	408
8.5. Decisão e seus efeitos	411
9. Ação Direta De Inconstitucionalidade Interventiva	419
9.1. Origem, conceito e finalidade	419
9.2. Legitimidade <i>ad causam</i>	421
9.3. Competência.....	422
9.4. Parâmetro e objeto	422
9.5. Procedimento.....	423
9.6. Decisão e efeitos.....	424
10. Ação Declaratória de Constitucionalidade	424
10.1. Origem, conceito e finalidade	424
10.2. Legitimidade <i>ad causam</i>	426
10.3. Competência.....	427
10.4. Parâmetro e objeto	427
10.5. Procedimento. A Lei nº 9.868/99	428
10.6. Decisão e efeitos.....	429
11. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.....	430
11.1. Origem, delineamento constitucional e generalidades do instituto	430
11.2. A parametricidade da arguição de descumprimento: os Preceitos Constitucionais Fundamentais	437
11.3. Conceito de “descumprimento” na arguição.....	442
11.4. Modalidades da arguição de descumprimento.....	444
11.5. Arguição direta ou autônoma	446
11.5.1. Legitimidade <i>ad causam</i>	446
11.5.2. Competência	452
11.5.3. Procedimento. Lei 9.882/99	453
11.5.4. Medida liminar.....	456
11.5.5. Objeto. Os atos ou omissões controláveis.....	457
11.5.5.1. Atos normativos.....	458

11.5.5.2. Atos não normativos	460
11.5.5.3. Atos municipais	461
11.5.5.4. Atos anteriores à Constituição	463
11.5.5.5. Atos políticos.....	464
11.5.5.6. Projetos de leis ou de emendas constitucionais	466
11.5.5.7. Ato de interpretação e aplicação do regimento interno do Legislativo incompatível com o processo legislativo	469
11.5.6. Decisão e seus efeitos	471
11.6. Arguição incidental.....	476
11.6.1. Legitimidade <i>ad causam</i>	479
11.6.2. Objeto.....	482
11.6.3. Controvérsia constitucional relevante	483
11.7. O caráter subsidiário da arguição de descumprimento de preceito fundamental. O significado e alcance do § 1º do art. 4º da Lei nº 9.882/99...	485
12. Controle de Constitucionalidade nos Estados-Membros.....	493
12.1. Considerações gerais	493
12.3. O Controle de constitucionalidade concentrado-principal nos Estados.....	498
CAPÍTULO VIII	
HISTÓRICO DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS.....	503
1. Antecedentes do constitucionalismo brasileiro.....	503
2. A Constituição de 1824	504
3. A Constituição de 1891	506
3.1. A instalação da Primeira República	506
3.2. Traços gerais da Constituição de 1891.....	507
4. A Constituição de 1934	508
4.1. A Revolução de 1930	508
4.2. Traços gerais da Constituição de 1934.....	510
5. A Constituição de 1937	511
5.1. O Estado Novo.....	511
5.2. Traços gerais da Constituição de 1937.....	512
6. A Constituição de 1946	512
7. A Constituição de 1967	513
7.1. A Revolução de 1964	513
7.2. Traços gerais da Constituição de 1967	515
8. A Constituição de 1969 (EC nº 01/69)	515
9. A Constituição de 1988	516
9.1. Antecedentes.....	516
9.2. Traços gerais e estrutura da Constituição de 1988	517
CAPÍTULO IX	
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....	519
1. Considerações iniciais.....	519
2. Princípio Federativo	520
3. Princípio Republicano	523
4. Princípio do Estado Democrático de Direito	525
5. Princípio da Soberania Popular	527
6. Princípio da Separação de Poderes.....	528
6.1. O Poder político e as funções estatais.....	528
6.2. Antecedentes históricos da teoria clássica da separação das funções	

estatais	529
6.3. A separação das funções estatais nas Constituições brasileiras.....	536
6.4. A separação das funções estatais ante uma nova dogmática constitucional: a necessidade de uma revisão da teoria clássica da separação de Poderes	538
7. Princípios Fundamentos do Estado brasileiro	542
8. Princípios Objetivos Fundamentais do Estado brasileiro	544
9. Princípios regentes das relações internacionais	545
CAPÍTULO X	
TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	547
1. Considerações iniciais.....	547
2. Delimitação terminológica e conceitual dos direitos fundamentais.Em busca de um conceito constitucionalmente adequado dos direitos fundamentais	548
3. A teoria dos quatro <i>status</i> de Jellinek e as funções dos direitos fundamentais.....	558
3.1. Função de defesa ou de liberdade	561
3.2. Função de prestação	562
3.3. Função de proteção perante terceiros	565
3.4. Função de não discriminação	565
4. Antecedentes históricos e evolução dos direitos fundamentais	566
4.1. Considerações iniciais.....	566
4.2. As Declarações de Direitos.....	573
4.2.1. A Magna Carta	575
4.2.2. A Petition of Rights.....	577
4.2.3. O Habeas Corpus Act.....	578
4.2.4. O Bill of Rights	578
4.2.5. O Act of Settlement.....	579
4.2.6. A Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia.....	580
4.2.7. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.....	582
4.2.8. A Declaração Universal dos Direitos do Homem.....	587
4.3. A evolução dos direitos fundamentais: os direitos fundamentais de primeira, segunda, terceira e quarta geração ou dimensão.....	595
4.3.1. Os direitos fundamentais de primeira dimensão: os direitos civis e políticos.....	598
4.3.2. Os direitos fundamentais de segunda dimensão: os direitos sociais, econômicos e culturais.....	600
4.3.3. Os direitos fundamentais de terceira dimensão: os direitos de solidariedade	608
4.3.4. Os direitos fundamentais de quarta dimensão: o direito à democracia direta e os direitos relacionados à biotecnologia	609
4.3.5. Os direitos fundamentais de quinta dimensão: o direito à paz	609
4.4. Considerações finais	610
5. Fundamentos dos Direitos Fundamentais.....	611
6. A constitucionalização das declarações de direitos, a função legitimadora dos direitos fundamentais e seu regime jurídico-constitucional reforçado.....	615
7. Características dos direitos fundamentais.....	619
8. As dimensões subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais.....	623
9. A eficácia horizontal dos direitos fundamentais (ou “eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas” ou “eficácia privada dos direitos fundamentais” ou “eficácia externa dos direitos fundamentais”)	629
10. Os direitos fundamentais e suas garantias.....	632

CAPÍTULO XI

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	633
1. Os Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988	633
2. Os destinatários dos direitos fundamentais	634
3. A eficácia dos direitos fundamentais e o princípio da aplicabilidade imediata das normas definidoras de direitos fundamentais. Significado e alcance do art. 5º, § 1º, da Constituição de 1988.....	635
4. A concepção materialmente aberta dos direitos fundamentais na Constituição de 1988. O significado e alcance da cláusula de “abertura material ou de inesgotabilidade dos direitos fundamentais” do art. 5º, § 2º e o novo § 3º	648
5. A classificação dos direitos fundamentais na Constituição de 1988.....	665

CAPÍTULO XII

DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS.....	675
1. Considerações iniciais.....	675
2. Direito à vida.....	675
3. Direito à igualdade	676
4. Direito à liberdade	682
4.1. Liberdade de ação e o princípio da legalidade.....	682
4.2. Liberdade de locomoção	683
4.3. Liberdade de opinião ou pensamento	684
4.4. Liberdade de expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação.....	685
4.5. Liberdade de informação.....	687
4.5.1. O direito de informar e a liberdade de informação Jornalística. O direito de crítica jornalística	688
4.6. Liberdade de consciência e crença. A escusa de consciência	694
4.7. Liberdade de reunião	697
4.8. Liberdade de associação	698
4.9. Liberdade de opção profissional	699
5. Direito à privacidade	700
5.1. Direito à intimidade	701
5.2. Direito à vida privada	702
5.3. Direito à honra.....	702
5.4. Direito à imagem	702
5.5. Direito à inviolabilidade da casa.....	703
5.6. Direito ao sigilo de correspondências e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas.....	705
6. Direito de propriedade	711
6.1. Propriedade intelectual.....	713
6.2. Direito de herança.....	714
7. Direito de petição.....	714
8. Direito de certidão.....	715
9. Direito de acesso à justiça	715
10. Direito à segurança jurídica	717
10.1. Garantia do direito adquirido	718
10.2. Garantia do ato jurídico perfeito	719
10.3. Garantia da coisa julgada	719
11. Direito à garantia do devido processo legal.....	720
12. Direito às garantias do contraditório e da ampla defesa	722
13. Direito à segurança em matéria penal e processual penal.....	723

CAPÍTULO XIII	
DOS DIREITOS SOCIAIS.....	739
1. Considerações iniciais.....	739
2. Direitos sociais do trabalhador	742
3. Direitos sociais da seguridade social	747
3.1. Direito à saúde.....	747
3.2. Direito à previdência social	750
3.3. Direito à assistência social	750
4. Direitos sociais à educação e à cultura.....	751
4.1. Direito à educação.....	751
4.2. Direito à cultura	755
5. Direito social ao meio ambiente ecologicamente equilibrado	756
6. Direitos sociais da criança, do adolescente, do jovem e do idoso.....	758
7. A efetividade dos direitos sociais e a reserva do possível.....	760
CAPÍTULO XIV	
DO DIREITO DE NACIONALIDADE.....	769
1. Considerações iniciais.....	769
2. Conceito de nacionalidade.....	769
3. Espécies de nacionalidade	770
4. Modos de aquisição da nacionalidade.....	770
5. O polipátrida e o apátrida (<i>heimatlos</i>)	771
6. Os brasileiros na Constituição Federal de 1988.....	772
6.1. Os brasileiros natos	772
6.2. Os brasileiros naturalizados.....	778
7. Distinção entre brasileiros natos e naturalizados.....	781
8. Perda da nacionalidade brasileira.....	783
9. Reaquisição da nacionalidade brasileira.....	784
10. A situação dos portugueses com residência permanente no Brasil.....	785
CAPÍTULO XV	
DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	787
1. Considerações iniciais.....	787
2. Modalidades de direitos políticos	787
3. Direitos políticos positivos	787
3.1. Direitos políticos ativos	788
3.2. Direitos políticos passivos.....	788
4. Direitos políticos negativos	790
4.1. Inelegibilidades	791
4.1.1. Inelegibilidades absolutas	791
4.1.2. Inelegibilidades relativas	791
4.2. Perda e suspensão de direitos políticos	793
5. Dos partidos políticos	796
5.1. Conceito	797
5.2. Liberdade partidária.....	797
5.3. Autonomia partidária.....	798
5.4. Direitos dos partidos políticos	798
CAPÍTULO XVI	
DAS AÇÕES CONSTITUCIONAIS	801
1. Considerações gerais.....	801

2 HABEAS CORPUS.....	802
2.1 Escorço histórico da origem do instituto	802
2.2 Natureza Jurídica	803
2.3. Espécies	804
2.4 Legitimidade <i>ad causam</i>	804
2.4.1. Legitimidade ativa.....	804
2.4.2. Legitimidade passiva.....	805
2.5. Hipóteses de cabimento.....	806
2.6. Competência.....	807
2.7. Procedimento.....	809
3. Mandado de segurança.....	811
3.1. Conceito, delineamento constitucional e generalidades do instituto.....	811
3.2. Natureza Jurídica.....	812
3.3. Espécies	813
3.4. Legitimidade <i>ad causam</i>	813
3.4.1. Legitimidade ativa.....	813
3.4.2. Legitimidade passiva.....	814
3.5. Cabimento.....	816
3.6. Objeto da impetração	817
3.7. Competência	819
3.8. Procedimento	820
3.9. Da Medida Liminar	822
3.10. Da Sentença.....	823
3.11. Do Pedido de Suspensão da execução da Liminar e da Sentença.....	823
3.12. Do Mandado de Segurança Coletivo	824
3.13. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	825
4. Mandado de injunção.....	827
4.1. Origem e considerações gerais a respeito do instituto	827
4.2. Objeto.....	835
4.3. Legitimidade ativa.....	836
4.4. Legitimidade passiva	837
4.5. Competência	839
4.6. Decisão e seus efeitos	840
5. <i>Habeas data</i>	853
6. Ação popular	854
6.1. Considerações gerais	854
6.2. Requisitos específicos da ação	855
6.3. Finalidade da ação	856
6.4. Objeto da ação popular	856
6.5. Legitimidade <i>ad causam</i>	858
6.5.1. Legitimidade ativa.....	858
6.5.2. Legitimidade passiva.....	859
6.6. Competência	859
6.7. Liminar, sentença e coisa julgada.....	859
7. Ação civil pública.....	860
CAPÍTULO XVII	
DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	871
1. O Princípio Federativo e o Estado Federal.....	871
1.1. Estado Federal e Estado Unitário.....	872

1.2.	Estado Federal e Estado Regional.....	872
1.3.	Estado Federal e Confederação de Estados.....	872
1.4.	Características comuns do Estado Federal.....	873
1.5.	Estado Federal e tipos de Federalismo.....	876
2.	O Federalismo Brasileiro	877
2.1.	Origem e evolução histórica do federalismo brasileiro	877
2.2.	A Organização Política do Estado brasileiro	878
3.	A repartição de competência	878
3.1.	O princípio da predominância do interesse	879
3.2.	Técnicas de repartição de competência	879
4.	A repartição de competência na Constituição brasileira de 1988.....	879
4.1.	A repartição horizontal de competência. Técnicas	881
4.2.	A repartição vertical de competência	881
5.	Competências e sua classificação	881
5.1.	Competência legislativa.....	882
5.2.	Competência não legislativa ou material.....	882
5.3.	Outras competências	882
6.	A União.....	883
6.1.	A posição da União na Federação.....	883
6.2.	Brasília: sede do governo da União	883
6.3.	Bens da União	884
6.4.	Competência material.....	886
6.4.1.	Exclusiva	886
6.4.2.	Comum.....	888
6.5.	Competência legislativa.....	890
6.5.1.	Privativa. A delegação de competência aos Estados	890
6.5.2.	Concorrente.....	895
7.	Os Estados federados	898
7.1.	A posição dos Estados-membros na Federação. O poder constituinte decorrente das Assembléias Legislativas.....	898
7.2.	Competência material (privativa e comum)	900
7.3.	Competência legislativa (privativa e concorrente). A competência suplementar.....	901
7.4.	Bens dos Estados	902
8.	O Distrito Federal.....	902
8.1.	A posição do Distrito Federal na Federação e suas competências.....	902
9.	Os Municípios	903
9.1.	O Município nas Constituições anteriores	904
9.1.1.	O Município na Constituição do Império	905
9.1.2.	O Município na Constituição de 1891	905
9.1.3.	O Município na Constituição de 1934	906
9.1.4.	O Município na Constituição de 1937	906
9.1.5.	O Município na Constituição de 1946	906
9.1.6.	O Município na Constituição de 1967	907
9.2.	As competências do Município na Constituição Federal de 1988.....	908
9.2.1.	A competência legislativa.....	912
9.2.2.	A competência material	914
10.	Os Territórios Federais.....	916
10.1.	Natureza	916
10.2.	Organização	916

11.	Intervenção.....	917
11.1.	Conceito	917
11.2.	Intervenção Federal	918
11.3.	Intervenção Estadual.....	922
11.4.	Formalidades comuns.....	922
12.	A Administração Pública.....	923
12.1.	Conceito	923
12.2.	Organização	926
12.2.1.	Administração direta	927
12.2.2.	Administração indireta	928
12.3.	Regime jurídico-administrativo e os princípios constitucionais da Administração Pública.....	930
12.3.1	Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado.....	931
12.3.2.	Princípio da indisponibilidade do interesse público.....	933
12.3.3.	Princípio da Legalidade	933
12.3.4.	Princípio da Impessoalidade.....	934
12.3.5.	Princípio da Moralidade	935
12.3.6.	Princípio da Publicidade	937
12.3.7.	Princípio da Eficiência.....	938
12.3.8.	Princípio da Finalidade Pública	939
12.3.9.	Princípio da Presunção de Legitimidade	940
12.3.10.	Princípio da Autotutela.....	941
12.3.11.	Princípio do Controle Judicial dos Atos Administrativos	942
12.3.12.	Princípio da Motivação.....	943
12.3.13.	Princípio da Responsabilidade do Estado.....	945
12.3.14.	Princípio do acesso universal aos cargos, empregos e funções públicas	945
12.3.15.	Princípio do prévio concurso público para acesso aos cargos e empregos públicos.....	946
12.3.16	Princípio da obrigatoriedade da licitação	952
12.4	Dos Servidores Públicos.....	952
12.4.1.	Agentes Públícos	952
12.4.2.	Espécies de Agentes Públícos	953
12.4.2.1.	Agentes políticos	953
12.4.2.2.	Agentes ou servidores administrativos do Estado	954
12.4.2.3.	Agentes particulares em colaboração com o Estado	964
12.4.3.	Direitos dos trabalhadores extensivos aos servidores públicos. O direito à livre associação sindical e o direito de greve.....	965
12.4.4.	Remuneração e subsídio do servidor	968
12.4.5.	Estabilidade do servidor	980
12.4.6.	Previdência do servidor.....	983
12.5	Dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios	986
12.6	Das Regiões.....	989

CAPÍTULO XVIII

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES	991	
1.	As funções do Estado e a separação de Poderes.....	991
2.	Do Poder Legislativo.....	995
2.1.	Órgãos do Poder Legislativo.....	995

2.1.1. Órgãos do Poder Legislativo da União: O Congresso Nacional. O Bicameralismo. As Casas Legislativas e a composição do C.N.....	995
2.1.2. Órgãos do Poder Legislativo dos Estados: As Assembleias Legislativas dos Estados e a Câmara Legislativa do DF. Composição.....	997
2.1.3 Órgãos do Poder Legislativo dos Municípios: As Câmaras de Vereadores dos Municípios..... Composição	998
2.2. Organização interna do Poder Legislativo	1004
2.2.1. A Mesa Diretora.....	1004
2.2.2. As Comissões Parlamentares	1005
2.2.2.1. Comissões Permanentes	1006
2.2.2.2. Comissões Temporárias	1006
2.2.2.3. Comissões Mistas	1007
2.2.2.4. Comissões de Inquérito	1007
2.2.2.5. Representativa.....	1017
2.2.3 A Polícia Legislativa e Órgãos Administrativos	1018
2.3. O funcionamento dos Órgãos do Poder Legislativo.....	1018
2.3.1. A Legislatura	1018
2.3.2. As Sessões legislativas.....	1018
2.3.2.1. Ordinária	1018
2.3.2.2. Extraordinária.....	1019
2.3.3. As Sessões	1019
2.3.3.1. Ordinárias	1019
2.3.3.2. Extraordinárias	1020
2.3.4. As Sessões preparatórias	1020
2.4. As atribuições do Congresso Nacional.....	1020
2.5. As atribuições da Câmara dos Deputados (art. 51).....	1023
2.6. As atribuições do Senado Federal (art. 52)	1024
2.7. Quórum para deliberações (art. 47).....	1026
2.8. O Processo Legislativo.....	1027
2.8.1. Conceito e objeto. As espécies de atos legislativos.....	1027
2.8.2. Atos do processo legislativo.....	1033
2.8.2.1. Iniciativa legislativa	1033
2.8.2.2. Emendas parlamentares	1036
2.8.2.3. Votação	1038
2.8.2.4. Sanção e veto	1039
2.8.2.5. Promulgação e publicação.....	1040
2.9. Procedimentos legislativos	1040
2.9.1. Procedimento legislativo ordinário.....	1040
2.9.2. Procedimento legislativo sumário	1041
2.9.3. Procedimentos legislativos especiais	1041
2.10. Dos Deputados e dos Senadores.....	1041
2.10.1. Prerrogativas	1042
2.10.1.1. As imunidades	1042
2.10.1.2. O privilégio de foro por prerrogativa da função	1044
2.10.1.3. Isenção do serviço militar	1045
2.10.1.4. Manutenção das prerrogativas durante os Estados de Exceção	1045
2.10.2. Incompatibilidades	1045
2.10.3. Perda do mandato	1045

2.10.3.1. Cassação	1046
2.10.3.2. Extinção.....	1046
2.11. Da Fiscalização contábil, financeira e orçamentária e dos Tribunais de Contas.....	1047
2.11.1. Dos Tribunais de Contas.....	1051
2.11.1.1. Da União.....	1051
2.11.1.2. Dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.....	1052
3. Do Poder Executivo.....	1053
3.1. Sistemas de governo	1053
3.1.1. Presidencialismo.....	1054
3.1.2. Parlamentarismo	1054
3.2. O Poder Executivo no Brasil e o Presidente da República	1056
3.3. Eleição do Presidente da República.....	1057
3.4. Substituição e sucessão do Presidente da República.....	1058
3.5. Atribuições do Presidente da República.....	1059
3.6. Responsabilidade do Presidente da República.....	1063
3.7. Prerrogativas do Presidente da República.....	1066
3.8. Auxiliares do Presidente da República.....	1067
3.9. Órgãos de Consulta do Presidente da República.....	1068
3.9.1. Conselho da República	1068
3.9.2. Conselho de Defesa Nacional.....	1068
4. Do Poder Judiciário	1069
4.1. A função jurisdicional do Estado.....	1069
4.2. Órgãos do Poder Judiciário	1071
4.3. O Estatuto da Magistratura.....	1072
4.4. As Garantias do Poder Judiciário.....	1080
4.5. Quinto Constitucional.....	1084
4.6. Regime Constitucional dos Precatórios	1086
4.7. Do Supremo Tribunal Federal	1091
4.8. Do Conselho Nacional de Justiça	1103
4.9. Do Superior Tribunal de Justiça.....	1108
4.10. Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais	1110
4.11. Dos Tribunais e Juízes do Trabalho.....	1114
4.12. Dos Tribunais e Juízes Eleitorais.....	1128
4.13. Dos Tribunais e Juízes Militares	1130
4.14. Dos Tribunais e Juízes dos Estados	1131
5. Das funções essenciais à justiça	1132
5.1. Do Ministério Público	1132
5.1.1. Histórico.....	1132
5.1.2. O Ministério Público no Brasil pré-Constituição de 1988.....	1134
5.1.3. O Ministério Público na Constituição Federal de 1988	1135
5.1.4. Princípios institucionais.....	1138
5.1.4.1. Unidade.....	1138
5.1.4.2. Indivisibilidade	1138
5.1.4.3. Independência funcional.....	1138
5.1.5. Garantias e impedimentos dos membros do Ministério Público	1138
5.1.6. Funções institucionais	1139
5.1.7. Conselho Nacional do Ministério Público.....	1140
5.1.8. O Ministério Público junto aos Tribunais de Contas.....	1142
5.2. Da Advocacia Pública.....	1143

5.3. Da Advocacia	1145
5.4. Da Defensoria Pública	1146
CAPÍTULO XIX	
DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	1153
1. Considerações gerais.....	1153
2. Do Sistema Constitucional das Crises e dos Estados de Exceção.....	1153
2.1. Do Estado de Defesa.....	1155
2.2. Do Estado de Sítio	1156
2.3. Das disposições comuns aos Estados de Defesa e de Sítio.....	1158
3. Das Forças Armadas	1159
4. Da Segurança Pública.....	1161
CAPÍTULO XX	
DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO	1163
1. Do Sistema Tributário Nacional	1163
1.1. Dos Tributos: Noção de Tributo. Obrigação Tributária, Hipótese de Incidência Tributária e Fato Imponível do Tributo. Base de Cálculo e Alíquota	1163
1.2. A competência tributária.....	1173
1.2.1. Técnicas de repartição da competência tributária.....	1174
1.2.2. Limites ao exercício da competência tributária.....	1175
1.3. Classificação dos Tributos	1175
1.4. O imposto.....	1179
1.4.1. Impostos reais e pessoas.....	1180
1.4.2. Impostos diretos e indiretos.....	1180
1.4.3. Impostos em espécies.....	1181
1.4.3.1. Impostos da União	1181
1.4.3.2. Impostos dos Estados e do Distrito Federal.....	1182
1.4.3.3. Impostos dos Municípios	1182
1.5. A taxa.....	1182
1.5.1. A irrelevância da destinação do produto arrecadado	1184
1.5.2. A taxa e o preço (tarifa).....	1184
1.6. A Contribuição de Melhoria	1186
1.7. Os Empréstimos Compulsórios.....	1188
1.8. As Contribuições sociais.....	1190
1.8.1. As contribuições sociais de intervenção no domínio econômico	1192
1.8.2. As contribuições sociais de interesse de categorias profissionais ou econômicas, como instrumento da atuação da União nas respectivas áreas	1193
1.8.3. As contribuições sociais da seguridade social.....	1193
1.9. Das Limitações ao Poder de Tributar	1194
1.9.1. O Princípio da Legalidade Tributária.....	1194
1.9.2. Princípio da Igualdade Tributária.....	1197
1.9.3. Princípio da Capacidade Contributiva.....	1197
1.9.4. Princípio da Irretroatividade da Lei Tributária	1197
1.9.5. Princípio da Anterioridade.....	1199
1.9.6. O Princípio da Não-Cumulatividade.....	1201
1.9.7. Princípio da vedação do confisco	1203
1.9.8. Princípio da Imunidade recíproca	1203

1.9.9. As imunidades dos templos de qualquer culto	1205
1.9.10. As imunidades dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos.....	1205
1.9.11. As imunidades dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.....	1206
1.9.12. Outras limitações.....	1206
1.10. Da repartição das receitas tributárias	1207
2. Das Finanças Públicas.....	1210
2.1. Considerações gerais	1210
2.2. Dos Orçamentos.....	1210
CAPÍTULO XXI	
DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	1215
1. Conceito de <i>Ordem</i>	1215
2. Ordem Econômica	1215
2.1. Ordem Econômica e Constituição Econômica.....	1216
2.2. A Ordem Econômica nas Constituições brasileiras.....	1219
2.3. A Ordem Econômica na Constituição brasileira de 1988.....	1221
2.4. Ordem Econômica, Meio Ambiente e Desenvolvimento sustentável.....	1225
2.5. Da Política Urbana	1231
2.5.1. Desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana.....	1233
2.6. Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária.....	1234
2.6.1. Desapropriação para fins de reforma agrária.....	1235
3. Do Sistema Financeiro Nacional	1240
CAPÍTULO XXII	
DA ORDEM SOCIAL	1241
1. Considerações gerais.....	1241
2. Objetivos	1241
3. Da segurança social.....	1242
3.1. Saúde.....	1244
3.2. Previdência social.....	1247
3.3. Assistência social.....	1249
4. Da Educação, da Cultura e do Desporto.....	1251
5. Da Ciência e Tecnologia.....	1256
6. Da Comunicação Social.....	1256
7. Do Meio Ambiente	1258
8. Da Família, da Criança, do Adolescente, do jovem e do Idoso	1271
9. Dos Índios.....	1276
BIBLIOGRAFIA	1279